

Natal seria melhor em janeiro

Ismar Cardona

Do ponto de vista racional essa seria a solução ideal para os consumidores neste final de ano. Mas como dar presentes de Natal é um costume profundamente arraigado na alma de brasileiros e brasileiras, é mais razoável descartar essa possibilidade como inviável.

Os dados divulgados na semana passada pela Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos) servem de sinal de advertência para os consumidores mais afoitos e fracos de memória que vivem até hoje a ressaca do carnaval consumista que veio na esteira dos primeiros meses do Plano Real.

Segundo o levantamento, a inadimplência bate este ano todos os recordes. De janeiro a novembro foram registrados 6,6 milhões de títulos protestados. Um aumento de 91,4% em relação a igual período do ano passado.

Desse total, 1,4 milhão correspondem à inadimplência de pessoas físicas. Esses números provocaram estragos terríveis na vida do comércio e da indústria. Este ano já foram encaminhados à justiça 28.348 pedidos de falência, 144,8% a mais do que em 1994.

Os pedidos de concordata chegaram a 1.974, um aumento de 313,8%. Essa sopa de números e porcentuais deveria soar como aviso aos consumidores mais gulosos.

O pacote de medidas anunciado pelo governo no final do mês passado foi saudado pelo comércio e pela indústria em geral como um refresco de final de ano para dar um sopro de vida a um mercado cambaleante.

As compras passaram a ser financiadas pelos bancos em até seis meses. Os cartões de crédito - aflição maior de quatro em cada três integrantes da classe média - voltaram a ter pagamento parcelado.

Essas medidas, entretanto, só aparentemente são favoráveis aos anseios dos consumidores. Na verdade, ao anunciar essas mudanças, o governo pensou menos em reativar as compras de Natal do que em dar uma injeção de ânimo no nível da atividade econômica no primeiro tri-

mestre do próximo ano.

Tradicionalmente, nos três primeiros meses a economia anda num ritmo devagar quase parando, se recompondo do ritmo mais acelerado dos três últimos meses do ano. Por conta do 13º salário e do Natal.

Este ano foi diferente. O governo apertou demais o torniquete do crédito e boa parte da indústria e do comércio tiveram ameaça de gangrena.

Num quadro tão desconfortável, seria exigir demais da economia que começasse 1996 abaixo do nível de segurança. Ainda mais que no próximo ano o país terá pela frente eleições municipais.

Diga-se a bem da verdade que o governo não procurou esconder da opinião pública suas reais intenções. O secretário de política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, correu a advertir os consumidores mais excitados que refletissem sobre uma coisa: o alívio ao crédito não estava sendo acompanhado por redução

nas taxas de juros.

“A inflação caiu, é verdade, mas os aumentos de salários também”.

Quando o governo implantou o Plano Real aplicou um freio de arrumação numa economia viciada na inflação. De 120 quilômetros horários, o velocímetro da economia brasileira baixou de um instante para outro para quase zero.

Habituados a andar em alta velocidade e a deixar que a inflação descontrolada acertasse as contas mais adiante, os consumidores não perceberam a manobra.

E continuaram a comprar como se estivessem nos velhos tempos. O desfecho não poderia ser outro. Cartão vermelho dado pelo SPC para os mais animados e mais desavisados.

Quem está disposto a passar pelo mesmo constrangimento? Se tiver alguém disposto a mergulhar no mesmo imbróglio, é recomendável que trate de buscar a ajuda de uma terapia psicológica.

■ Editor de Economia do Correio Braziliense

*Este ano houve
um recorde:
mais de seis
milhões
de títulos
protestados*